

EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO SOCIAL: CONTEXTOS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA FAMÍLIA

Autor (1): Monik Giselle Lira Monteiro CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ mgl psi@hotmail.com

Autor (2): Andersson Felipe Silva de Figueiredo CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA-UNIPÊ

Autor (3): Fábio Lúcio Almeida Lima.

CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO-UNIJORGE-BA

luciosol@hotmail.com

Flávio Lúcio Almeida Lima (Orientador) UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB

RESUMO

Introdução: Temáticas diversas abrangem reflexões no contexto social no qual vivemos atualmente, considerando primordial a figura da família para o desenvolvimento do individuo e suas contribuições para o crescimento biopsicossocial, é necessário entender que a realidade enfrentada pelo individuo na família pode ocasionar diversas que propiciam o despertar para os aspectos externos envolvidos no crescimento dos mesmos. Muito se sabe a respeito dessa realidade, devido a sua complexidade, o que pode favorecer este indivíduo em sua interação família/escola, no seu progresso. No trabalho proposto, tivemos como **Objetivo** destacar a importância da relação família e escola para o desenvolvimento do indivíduo em seu crescimento interno, a fim



de alcançar novos caminhos e superar as adversidades da vida, bem como compreender as diversas transformações que estas instituições têm sofrido ao longo da história, sendo elas culturais, sociais, políticas e econômicas, interferindo assim, na construção do cidadão, e em seu desenvolvimento pessoal e profissional. Método: Este trabalho relata uma pesquisa bibliográfica baseada nos viés da Psicologia Escolar e da Psicologia Social. Resultados: Com base no estudo realizado, foi verificado que as famílias que vivem em vulnerabilidade social não se limitam as famílias com baixo nível socioeconômico. Todos os sistemas familiares enfrentam adversidades que compõem seu processo de desenvolvimento, sendo os mais pobres mais vulneráveis devido à escassez de recursos e meios que propiciem suas condutas em contexto social. Conclusão: Um ambiente familiar saudável em que os elementos se comunicam de forma adequada, isto é, ouvem, confiam, responsabilizam, mostram interesse e compreensão pelo outro é naturalmente um espaço de crescimento não só para as crianças, mas também para os pais. Porém, atualmente, os pais consideram os profissionais da educação como os maiores responsáveis pela educação de seus filhos. Com o desenvolvimento da tecnologia e a promoção da mulher no mercado de trabalho, a família muitas vezes, tem se omitido do seu papel de educadora social e atribuído à função apenas a escola.

Palavras-chave: Educação, Psicologia, Vulnerabilidade.

1. Introdução

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas no plano socioeconômico-culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, vem interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando



alterações em seu padrão tradicional de organização. Assim, não se pode falar em família e sim num contexto mais amplo, famílias (ALMEIDA, 2007).

A família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de "sentimento de família" (Hall, 2001, p.358), que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar.

Para Ramos (2003), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

A família é a figura mais importante para o desenvolvimento humano, estruturando o psicológico e o social. O indivíduo desde o seu nascimento, constrói sua personalidade para então ser inserido na sociedade, tendo por base atitudes, crenças e valores que influenciarão no seu desenvolvimento biopsicossocial. Os pais apresentam-se como caracterizadores de maior importância para o desenvolvimento social do individuo, corroborando no lado afetivo e acadêmico. Portanto, os pais sempre serão referências para os filhos, perante a sociedade, suas atitudes serão levadas como constructos para seus filhos (HALL, 2001).

Polônia e Dessen (2005 p. 123), afirmam que "é tarefa da família criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo acompanhamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de estudos e às tarefas escolares". Porém de acordo com algumas sistemáticas e alterações da estrutura familiar, com o passar dos anos, este fato vem sendo cada vez mais dificultado, devido a questões pessoais, sociais e financeiras, de algumas famílias, tornando-as vulneráveis socialmente.

Ela é o amparo e fortaleza para todos os membros que a compõe, é responsável por dar o alicerce e fornecer estrutura que possa se não combater, amenizar a problemática da vulnerabilidade social existentes e que prolifera-se



principalmente em locais de precariedade, envolvendo em si inúmeros fatores prejudiciais a criança, adolescente e aos próprios membros da família tradicional (BARROS, 2005).

Percebe-se que é de grande importância ressaltar as políticas públicas que são escassas para esse contexto, inúmeras crianças que precisam de um apoio, seja ele educacional, familiar e social estão sendo esquecidas, não enfoca mais naquelas famílias fragilizadas que necessitam desse reconhecimento (JARDIM, 2006).

Nos dias atuais o trabalho passa a ser exploratório para muitas dessas crianças, pois seus pais por não ter condições viáveis de administrar decentemente seu lar, explora o trabalho infantil, "obrigando" a muitos trabalharem e deixarem os estudos de lado, ou seja, fica escondido pelo contexto da sobrevivência, famílias desestruturadas, carregam em suas estruturas esses empecilhos, o trabalho hoje não é mais uma questão de idade, sendo assim, não tem os devidos cuidados para começar uma conscientização e assim não haver mais essa "aliança" com a vulnerabilidade social. Assola toda uma população pobre, carente, ligada a miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego (GOMES; PEREIRA, 2005).

Conforme Visca (1987), antigamente, a mulher na constituição da família exercia o papel de mãe somente para cuidar do seu lar, dos filhos, viver em casa. Hoje em dia, com as transformações da modernidade, apareceu a necessidade do trabalho para figura feminina, com objetivo custear as finanças da casa assim como, de liberdade ante seu marido, garantindo sua independência. Tal fato garante uma provável fragilidade da família, visto que, tendo que dedicar-se ao trabalho, não terá disponibilidade para dá atenção aos seus filhos, sendo assim, a desestruturação familiar ocorre, refletindo numa provável desarmonia dos membros existentes e consequentemente na educação dos filhos.



Os pais devem ativamente participar da educação dos seus filhos, tanto em casa quanto na escola, e devem envolver-se nas tomadas de decisões em atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo de sua disponibilidade (POLÔNIA; DESSEN,2005, p.307).

Este fato é só um dos fatores relevantes para a Vulnerabilidade Social na família. Outro ponto relevante sobre essa questão consiste no âmbito familiar, onde reside, a situação financeira que se encontram, conflitos interpessoais envolvendo o uso de drogas, colaborando para uma maior fragilidade da família no contexto social (RAMOS, 2003).

Gomes e Pereira (2005), frisa em seu artigo, que: "a gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, na área de atuação junto da família, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva".

2. A POBREZA E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Sendo assim, Strey (2002), afirma que o quadro de pobreza faz com que a família esteja vulnerável a qualquer acontecimento social, influenciando, se não houver atenção na educação e nos estudos dos filhos, por parte dos pais, principalmente na conduta social, sejam drogas ou mudanças comportamentais, abalando não só o psicológico do ser humano como outros meios fundamentais para sobrevivência.

A proteção integral à criança e ao adolescente, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) em seu art. 4ª, que tem a família, além da comunidade, da sociedade e do Poder Público, como uma das



responsáveis pela proteção da sua prole, se vê, no entanto, no rumo inverso, uma vez que, alojada das mínimas condições socioeconômicas, sofre o processo da exclusão social. A injustiça social dificulta o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e da desagregação familiar (BRASIL, 2004).

A Constituição Brasileira (Artigo 7, inciso XXXIII) determina a "proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos". A única exceção é dada aos aprendizes, que podem trabalhar a partir dos 14 anos. A aprendizagem está presente no ECA e é regulamentada pela lei nº 10.097 de 2000. (BRASIL, 2004).

Segundo Vicente (2004), por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desasistida ou inatingida pela política oficial. Corroborando com este autor, Maenezeset al., (2007), afirmam que a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada.

Para Barros (2005), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade.

Segundo Vicente (2004), são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social.

Nesse sentido, Ramos (2003), diz que o conceito de vulnerabilidade focaliza a debilidade ou a força dos ativos que indivíduos ou famílias dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno e de maneira mais abrangente, as condições do local de residência das pessoas, o que implica a possibilidade de degradação parcial ou total de bem-estar ou de condição de sobrevivência com dignidade.



Estar vulnerável socialmente possibilita um contexto de risco, seja para um só individuo ou para família. Tal contexto propicia fatores indesejáveis que desestruturam uma família por inteiro, como no uso de drogas, a presença da violência doméstica, perturbações psicológicas, relações conjugais com uma forte instabilidade, figura do pai ausente, ou seja, fatores cujo embasamento pode ser social, mundial, doméstico, e nos relacionamentos em geral (ANTUNES, 2008).

Ramos (2003) afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de sociabilização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos.

Uma família pobre é desprovida de vantagens acarretando numa maior vulnerabilidade, pois para os membros constituintes o sentimento de desprezo é notável, se sentem diminuídos pela sociedade, com seus direitos cada vez mais negados, não possuindo o apoio necessário para que haja a confiança no quesito de uma futura desestruturação, seja na educação, na saúde, e em outras circunstâncias (POLONIA; DESSEN, 2005).

O termo exclusão social tem sentido temporal e espacial: um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social do país a que pertence. No Brasil está relacionado à situação de pobreza, uma vez que pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação) (GOMES, PEREIRA, 2005).

Para Hall (2001): Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto às suas condições históricas de produção e



reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos.

Ainda sob a visão de Hall (2001), os questionamentos são: Quais são os impactos da vulnerabilidade social na trajetória escolar de um aluno? A educação pode ser ferramenta de combate à desigualdade social? Em que medida reproduziu a desigualdade na – e a partir da – escola?

As experiências de vulnerabilidade social são multifacetadas, assim como são as experiências de vida de cada individuo/aluno. Neste sentido, um dos desafios ao tratar da relação entre educação e pobreza é partir do acesso universal à educação – de fazer valer o direito de aprender a todos e todas – mas, também, para, além disso, pensar estratégias especificas e particulares que se relacionam com o contexto social com o qual estamos lidando. É um desafio para a escola na medida em que todas essas questões ingressam no âmbito escolar, colocando em questão as metodologias adotadas e as praticas de trabalho (BARROS, 2005).

O desafio imerge no âmbito escolar e compromete a metodologia de alguns professores, sendo necessário adotar novas condutas que possibilitem lidar com o alunado em situação de Vulnerabilidade Social. Essa situação abre portas para muitos alunos ingressarem em meios que penalize suas vidas, estabelece fronteiras que impedem o mesmo de estar sociavelmente bem e em harmonia com seus familiares. Tudo isso compromete suas experiências antes vividas que assolam todo um constructo desempenhado pelos pais em conjunto com a escola (VICENTE, 2004)..

Sendo assim, Sawaia (2006) afirma que podemos retratar um sistema família/escola como sendo um todo ou um grupo de pessoas ligadas através de laços afetivos, onde cada individuo influencia e é influenciado pelos demais, é também o local em que a pessoa não é vista como um ser isolado, mais dentro de um contexto permeado por varias inter-relações.



Conclusão

No contexto da vulnerabilidade, a família e a escola são fragilizadas, há um desfalque em ambas que regride a uma formação educacional e construçãoafetiva (do caráter) e de ações que levam essa vulnerabilidade a crescer cada vez mais.

A escola tem grande papel influenciador na formação pessoal do indivíduo. Porém diante da vulnerabilidade social, é por vezes abandonada. Isso porque, uma das características dessa camada é a baixa escolaridade. A escola é posta de lado já que a necessidade de renda é vista como maior e imediata. Todavia, entende-se que a educação pode contribuir imensamente para a conquista de uma melhor condição social.

Já a família compõe a união dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão inseridas na formação do contexto material, histórico e cultural de um dado grupo social. É ela, que incrementa muitas vezes à desvalorização da educação, à incompreensão dos pais quanto à sua importância, os problemas econômicos e culturais, as drogas e a criminalidade, entre outras tantas dificuldades, fazem da família muitas vezes um fator de risco para o desenvolvimento e, consequentemente cada vez mais crescem as comunidades vulneráveis, nas quais existem poucos recursos e muita instabilidade.

Sendo assim, podemos concluir que o presente estudo possui grande importância no que diz respeito à formação da sociedade atual e sua vulnerabilidade, principalmente no fator escola/ família como formação de seres para o futuro das diversas camadas sociais da sociedade. É importante que a psicologia, continue a desenvolver pesquisas acerca da formação da sociedade que vive em situação de vulnerabilidade social e/ou sofreram traumas, buscando-se não apenas entender como os processos de aprendizagem e



desenvolvimento podem ser afetados por estas condições, mas também buscando-se propostas de intervenções a serem realizadas pelas instituições de ensino e de apoio a escola e a família em prol do desenvolvimento global de todos os seres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S.; OLIVEIRA, I; AZEVEDO, J.M.L.; ALVARENGA, M.S.; SILVA, P.B.; OLIVEIRA, R. **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: J. Luiz Vasconcelos.1.Ed, 2009.

ALMEIDA, L.S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia** - UFF, Vol. 19 - n. 2, Jul./Dez. 2007. p. 411-422.

ANTUNES, C. A alfabetização moral em sala de aula e em casa, do nascimento aos doze anos. Petrópolis: Vozes, 2008. 39-125 p.

ASSMANN, H.. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, N.V. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. **Tese de Doutorado**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069/90.** Ministério da Justiça, Brasília, DF, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. MEC. 2004.

BORF, L. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CHALITA, G. Educação: A solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

DALBOSCO, C.A. Condição humana e formação virtuosa da vontade: profundezas do reconhecimento em Honneth e Rousseau. **Educ. Pesqui.** vol.40, n.3, 2014. pp. 799-812.

_____,C.A. **Educação natural em Rousseau**: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto. São Paulo: Cortez, 2011

DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença, 1955.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 2008.

_____, A. O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias depensamento. Porto Alegre, Editora Artmed, 2001.

FERREIRA, A.J.L. As Influências da Psicanálise na Educação Brasileira no Início do Século XX, transcrito do livro Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2006, Vol.22 n. 2, pp. 233 -240.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2º ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. PROLEXIA: Programa de Enriquecimento da Leitura" - Ed. CORPE, Lisboa 1996.

GÓMEZ, A.; PEREZ I. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva**, vol.10, n.2, 2005. pp. 357-363.



HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IOSIF, R.M.G. Qualidade de educação na escola pública e comprometimento da cidadania global emancipada. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Politica Social. Universidade de Brasilia, 2007.

JARDIM, A.P. **Relação entre a família e a escola**: proposta de ação no ensino/aprendizagem. Dissertação de Mestrado em Ensino. UNOESTE: Presidente Pudente-SP, 2006.

KNOBEL, M. Orientação familiar. Campinas: Papirus, 1992.

LANE, S.T.M. O que é psicologia social. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MYERS, D. G. Psicologia Social. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MENEZES, C. L.; CARVALHO, K. C.; ATAÍDE, P. C. Q.; BELFORT, S. F.; COSSOTE, S. B.. Mitos e verdade sobre a atuação do psicólogo escolar: a visão deste pelos profissionais e alunos de uma instituição de ensino provado em Manaus. 2007.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Trad. de P Guareschi. Ed. Vozes, Rio de Janeiro. Petrini JC, 2003.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médias, 1985.

PAROLIN, I.C.H. **Pais e Educadores**: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.



POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** Psicologia Escolar e Educacional.Campinas, vol. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 2 de maio de 2015.

RAMOS, A. **Introdução à psicologia social**. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.

REGO, T. C. **Memórias de escola**: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, C. S. G. Atuação do psicólogo escolar/educacional e habilidades sociais: uma relação necessária. Psicologia e escola: São Paulo: Alínea, 2004.

SAWAIA, B. **As artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis, 2006.

SAVOIA, M.G. Psicologia social. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SOUZA, A.P.; JOSÉ FILHO, M. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**. Vol. 7 n.º 44, janeiro, 2008 In: Piaget, J. O nascimento da inteligência. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

STREY, M.N. **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, A.T.J.; FROES, R.C.; ZAGO, E.C. A comunicação e os relacionamentos da família atual em virtude dos novos tempos. **REC/Revista Eletrônica de Comunicação.** UNIFACEF, vol.10, nº01, 2006.

VALADÃO, C.R.; SANTOS, R.F.M. **Família e escola**: visitando seus discursos, 1997.

VASCONCELLOS, C.S. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.



VICENTE, C.M. **O** direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo, 2004. pp. 47-59.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VISCA, J. Clinica Psicopedagógica epstemologica convergente. Porto Alegre: Artes Medicas, 1987.